

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Indústrias Romi S.A. (“Controladora”), listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d’Oeste, Estado de São Paulo e suas controladas (conjuntamente denominadas “Companhia”) tem por objeto a indústria e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros.

O parque industrial da Companhia é formado por treze fábricas, sendo onze localizadas na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo, e duas na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade de produção de máquinas-ferramenta especiais de grande porte. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 9 de fevereiro.

2 Base de apresentação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.18.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.2 Investimentos em empresas controladas - Consolidação

(a) Controladora:

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção de efeito de tradução destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.10).

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado:

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 7 – Investimento em controladas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de “Participação dos acionistas não-controladores”.

As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior

Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

i) Caixa e equivalentes de caixa:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

ii) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em LTN, LFT e NTN, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Ativos financeiros

(a) **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.16 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

(b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, valor a receber – rapasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(e) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(f) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 4.

(ii) Passivos financeiros

(a) **Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

(d) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide notas 13 e 14.

(e) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 11. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 10. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.9 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 12).

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

2.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

2.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.13 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 18).

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas.

(a) Venda de produtos

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

(i) Contraprestação variável:

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/ produtividade.

(ii) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

(iii) Componente de financiamento

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo.

(vi) Contraprestação não monetária

A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

2.18 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.
- (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10).
- (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6.
- (d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (i) (f).
- (e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.12), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.17).
- (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Arrendamentos

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

2.20 Normas e interpretação novas e revisadas

CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios.

O Modelo Geral utiliza premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.

Em junho de 2020, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações postergam a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Ao mesmo tempo, o IASB emitiu a Prorrogação da Isenção Temporária de Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4) que prorroga a data de vencimento fixa da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 na IFRS 4 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 deve ser adotada retrospectivamente a menos que sua adoção seja inviável; nesse caso, será aplicável a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins das exigências de transição, a data de adoção inicial corresponde ao início do período anual no qual a entidade adota a norma pela primeira vez, e a data de transição corresponde ao início do período imediatamente anterior à data de adoção inicial.

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

Alterações à IFRS 3 – Referência à Estrutura Conceitual

As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes.

Alterações à IAS 16 – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido

As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

Alterações à IAS 37 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 16 – Arrendamentos

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.21 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 21).

2.22 Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03 (R2).

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e depósitos em conta corrente	7.377	3.176	41.510	35.961
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	133.490	94.067	153.843	106.251
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	-	367	-	367
Fundos de investimento DI e renda fixa	-	5.143	-	5.143
Outros	65	85	65	85
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>140.932</u>	<u>102.838</u>	<u>195.418</u>	<u>147.807</u>
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	10.652	683	10.652	683
Fundos de investimento DI e renda fixa (b)	<u>116.514</u>	<u>-</u>	<u>116.514</u>	<u>-</u>
Total de títulos mantidos para negociação	<u>127.166</u>	<u>683</u>	<u>127.166</u>	<u>683</u>

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(b) São compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em LTN e NTN.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Duplicatas a receber

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante				
Clientes no país (Brasil)	89.537	66.504	89.537	67.178
Clientes no exterior	10.803	8.250	103.078	77.098
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(1.366)	(1.377)	(6.432)	(3.881)
	<u>98.974</u>	<u>73.377</u>	<u>186.183</u>	<u>140.395</u>
Não circulante				
Clientes no país (Brasil)	6.318	7.508	6.318	7.508
Clientes no exterior	5.240	4.040	7.185	4.040
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(397)	(59)	(397)	(59)
	<u>11.161</u>	<u>11.489</u>	<u>13.106</u>	<u>11.489</u>

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valores a vencer	82.542	59.948	157.272	112.993
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	11.202	8.923	16.466	17.412
De 31 a 60 dias	2.312	2.054	5.197	4.073
De 61 a 90 dias	454	92	1.194	984
De 91 a 180 dias	320	705	2.204	3.900
De 181 a 360 dias	543	245	1.723	744
Mais de 360 dias	2.967	2.787	8.559	4.170
	17.798	14.806	35.343	31.283
Total	100.340	74.754	192.615	144.276
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(1.366)	(1.377)	(6.432)	(3.881)
Total circulante	98.974	73.377	186.183	140.395

Em 31 de dezembro de 2020, contas a receber de clientes líquido da PECLD no valor de R\$16.432 (2019 – R\$13.429 - Controladora) e R\$28.911 (2019 – R\$27.402 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui garantias reais.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Valores a vencer:		
2022	8.648	10.483
2023	2.566	2.675
2024 e após	344	344
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(397)	(397)
Total - não circulante	11.161	13.106

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro	1.436	431	3.940	5.408
Créditos reconhecidos no período	1.473	2.790	2.581	4.033
Créditos baixados definitivamente da posição	(1.146)	(1.785)	(1.146)	(5.561)
Efeito de tradução	-	-	1.454	60
Saldo em 31 de dezembro	1.763	1.436	6.829	3.940

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real.

A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Valores a receber - repasse FINAME fabricante

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		
FINAME a vencer	122.286	87.284
FINAME aguardando liberação (a)	614	2.841
FINAME em atraso (b)	15.526	14.912
	138.426	105.037
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(6.932)	(7.984)
	131.494	97.053
Não circulante		
FINAME a vencer	202.678	153.515
FINAME aguardando liberação (a)	2.560	13.787
	205.238	167.302
Estimativas de perdas para créditos de liq. duvidosa	(2.016)	(343)
	203.222	166.959
Total	334.716	264.012

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo as condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, considera-se para definição das condições de financiamento, as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. A diferença entre os valores a receber – repasse FINAME Fabricante e a pagar, são representados por:

- (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente.
- (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra provisão para eventual perda na realização desse saldo, no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber.

As máquinas apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de “Outros créditos”, aguardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$1.191 (R\$1.188 em 31 de dezembro de 2019) no ativo circulante, e R\$2.361 (R\$4.645 em 31 de dezembro de 2019) no ativo não circulante.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valores a vencer	122.898	90.125
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.173	894
De 31 a 60 dias	559	601
De 61 a 90 dias	236	147
De 91 a 180 dias	540	396
De 181 a 360 dias	895	352
Mais de 360 dias	12.125	12.522
	15.528	14.912
Total – Circulante	138.426	105.037

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado
Valores a vencer:	
2022	102.954
2023	69.247
2024	32.089
2025 e após	948
Total - não circulante	205.238

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação das estimativas para perdas de créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.327
Créditos reconhecidos (ou baixados) no período	621
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.948

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real.

A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Produtos acabados	19.736	39.542	65.253	81.315
Máquinas usadas	10.348	13.130	10.348	13.130
Produtos em elaboração	79.005	75.561	97.563	116.195
Matéria prima e componentes	130.540	105.043	158.999	127.572
Importações em andamento	26.485	6.200	26.511	6.666
Total	266.114	239.476	358.674	344.878

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2020, estão líquidos das perdas para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização, nos montantes de R\$26.508 e R\$39.026 (R\$27.312 e R\$30.468 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º janeiro de 2020	27.312	30.468
Estoques vendidos ou baixados	(14.902)	(16.087)
Perdas reconhecidas	8.574	10.193
Efeito de tradução		8.928
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no período	<u>5.524</u>	<u>5.524</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>26.508</u>	<u>39.026</u>

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>
Produtos acabados	884	2.485	8.158	5.641
Máquinas usadas	6.890	6.321	6.890	6.321
Produtos em elaboração	4.807	5.224	4.807	5.224
Matéria prima e componentes	<u>13.927</u>	<u>13.282</u>	<u>19.171</u>	<u>13.282</u>
Total	<u>26.508</u>	<u>27.312</u>	<u>39.026</u>	<u>30.468</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos e serviços vendidos" totalizou R\$ 320.598 (2019 - R\$274.247) na Controladora e R\$ 464.275 (2019 - R\$376.280) no Consolidado.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Investimentos em controladas

A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

		Precentual de participação					
		31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
		Direta	Indireta	Não Controladores	Direta	Indireta	Não Controladores
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
1.1	Romi Machines UK Ltd.	-	100,00	-	-	100,00	-
1.2	Romi France SAS	-	100,00	-	-	100,00	-
1.3	Romi Máquinas España S.A.	-	100,00	-	-	100,00	-
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	100,00	-	-	100,00	-	-
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	-	100,00	-	-	100,00	-
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shanghai) Co., Ltd	-	100,00	-	-	100,00	-
2.1.2	Burkhardt + Weber LLC	-	100,00	-	-	100,00	-
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio")	93,07	-	6,93	93,07	-	6,93
4.	Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	100,00	-	-	100,00	-	-
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Rominor Empreendimentos")	100,00	-	-	100,00	-	-
6.	Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.")	100,00	-	-	100,00	-	-
7.	Irsa Maquinas México S. de R. L. de C.V.	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-

A lista a seguir apresenta as localidades e objetivos principais das subsidiárias:

	Controlada	País	Objetivo principal
1	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
1.1	Romi Machines UK Ltd.	Inglaterra	
1.2	Romi France SAS	França	
1.3	Romi Máquinas España S.A.	Espanha	Produção e comercialização de centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.
2	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	Alemanha	
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shanghai) Co., Ltd	China	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
2.1.2	Burkhardt + Weber LLC	Estados Unidos da América	
3	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor")	Brasil	
4	Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte. Participação em empreendimentos imobiliários.
5	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	
6	Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.")	Uruguai	
7	IRSA Maquinas Mexico S. de R. L. de C.V.	México	Representação comercial para operações no mercado externo.
			Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2020							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq. México (7)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	61.039	130.880	22.689	16.500	2.517	12.525	14.284	
Ativo não circulante	10.325	155.400	300	84	-	-	1.371	
Passivo circulante	52.824	83.246	179	24.334	-	-	18.783	
Passivo não circulante	16.991	60.462	-	251	-	-	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	1.549	142.572	22.810	(8.001)	2.517	12.525	(3.128)	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2019	3.196	104.739	21.465	(3.176)	2.522	8.653	(1.228)	136.171
Variação cambial sobre investimentos no exterior	543	41.082	-	(1.061)	-	2.438	(426)	42.576
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(3.216)	-	-	-	-	(3.216)
Resultado de participações societárias	(2.190)	(3.249)	2.981	(3.764)	(5)	1.434	(1.474)	(6.267)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	1.549	142.572	21.230	(8.001)	2.517	12.525	(3.128)	169.264
Investimento em controladas	1.549	142.572	21.230	-	2.517	12.525	-	180.393
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	(8.001)	-	-	(3.128)	(11.129)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações;

(b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2020 e 24 de julho de 2020 no valor de R\$2.041 e R\$1.414, respectivamente, referente ao segundo semestre de 2019 e ao primeiro semestre de 2020, respectivamente. A Companhia recebeu dessas distribuições, os montantes de R\$1.899 e R\$1.317, respectivamente, totalizando o montante de R\$3.216 em 31 de dezembro de 2020.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq. México (7)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	54.295	122.271	23.228	16.025	2.522	8.391	14.083	
Ativo não circulante	7.629	118.663	74	104	-	-	137	
Passivo circulante	46.640	106.826	239	19.305	-	2	15.448	
Passivo não circulante	12.069	28.984	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	3.196	104.739	23.063	(3.176)	2.522	8.653	(1.228)	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2018	7.557	107.625	21.845	(2.108)	2.449	8.053	(545)	144.876
Varição cambial sobre investimentos no exterior	343	1.596	-	(173)	-	318	(41)	2.043
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(3.688)	-	-	-	-	(3.688)
Resultado de participações societárias	(4.704)	(4.482)	3.308	(895)	(15)	282	(642)	(7.148)
Aumento de capital em controlada	-	-	-	-	88	-	-	88
Valor patrimonial equivalente - saldo final	3.196	104.739	21.465	(3.176)	2.522	8.653	(1.228)	136.171
Investimento em controladas	3.196	104.739	21.465	-	2.522	8.653	-	140.575
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	(3.176)	-	-	(1.228)	(4.404)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações;

(b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2019 e 26 de julho de 2019 no valor de R\$2.448 e R\$1.515, referente ao segundo semestre de 2018 e ao primeiro semestre de 2019, respectivamente. A Companhia recebeu dessas distribuições, os montantes de R\$2.278 e R\$1.410, respectivamente.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes.

(i) Saldos Patrimoniais - Controladora

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Controladas diretas				
Romi Europa	5.057	2.425	50	188
Romi Itália	14.224	10.464	-	-
Romi Machine Tools	23.272	18.300	-	722
Romi A.L.	67	-	380	431
Irsa Máquinas México	16.501	11.635	-	-
Rominor	5	4	-	-
	59.126	42.828	430	1.341
Controladas indiretas				
B+W - Burkhardt+Weber	316	2.023	-	338
Romi France S.A.S.	6.465	8.678	-	-
Romi Máquinas España S.A.	7.714	4.129	-	-
Romi Machines UK	7.654	7.511	-	-
	22.149	22.341	0	338
Total	81.275	65.169	430	1.679
Circulante	47.052	65.169	430	1.679
Não Circulante	34.223	-	-	-
Total	81.275	65.169	430	1.679

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Transações

	Receita de venda de produtos		Resultado operacional e financeiro	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Romi Europa	4.074	6.076	1.404	1.442
Rominor Comércio	18	17	0	0
Romi Itália	5.930	7.198	0	0
Romi Machine Tools	5.246	10.657	14	-
Romi France S.A.S.	6.318	5.678	-	-
Romi A.L.	-	-	355	388
Romi Machines UK	9.888	7.273	94	-
Irsa Máquinas México	4.090	5.001	0	30
B+W - Burkhardt + Weber	2.315	4.167	0	362
Romi Máquinas Espãna	2.913	1.828	-	-
Total	40.792	47.895	1.867	2.222

Os principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas.

A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração. Os títulos são vencíveis com prazo médio de um ano.

A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A. A receita do exercício de 2020 foi de R\$158 (2019 – R\$167).

A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio cancelado pela Promotoria de Justiça. As doações do exercício de 2020 totalizaram R\$948 (2019 – R\$865).

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As remunerações dos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são como seguem:

	31 de dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Honorários e encargos	5.812	5.497
Participação nos resultados	5.055	1.205
Plano de previdência privada	471	259
Assistência médica	246	249
Controladora	11.584	7.210
Honorários e encargos das empresas controladas	103	95
Consolidado	11.687	7.305

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de março de 2020.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Impostos e contribuição a recuperar

Os impostos e as contribuições a recuperar estão representadas a seguir:

	Nota Explicativa	31 de Dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante			
IRRF		155	65
IRPJ		160	391
IRPJ/CSLL - PLANO VERÃO	15 (b)	13.332	-
CSLL		22	7
INSS		6	4
ICMS na base cálculo PIS e COFINS	15 (a)	21.254	-
IPI		7.979	6.043
ICMS		1.333	1.174
PIS		53	67
COFINS		244	307
Total Controladora		44.538	8.058
Impostos a recuperar de subsidiárias		6.666	7.289
Total Controladora e Consolidado		51.204	15.347
Não circulante			
ICMS na base cálculo PIS e COFINS	15 (a)	26.824	52.803
ICMS		1.330	1.598
Outros		102	-
Total Controladora e Consolidado		28.256	54.401

10 Propriedades para investimento

Em 2012 a Administração da Companhia decidiu, com base nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazos, classificar parte das propriedades na rubrica de “Propriedade para Investimento”, mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedade para investimento são de R\$13.500 (R\$13.500 – em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$ 18.388 (18.181 – em 31 de dezembro de 2019) no consolidado.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo, a Companhia contratou avaliador independente que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, a qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que realizou a última avaliação em 2020 dessas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$110.661 na controladora e R\$191.306 no consolidado.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11

Imobilizado

A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

	Controladora								
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos e estimativas de perdas	Total
Custo do imobilizado bruto									-
Saldo em 1º de janeiro de 2019	3.997	190.327	262.135	8.359	3.745	26.474	28.822	(83)	523.776
Adições	-	1.225	9.394	399	247	592	14.061	-	25.918
Baixas	-	-	(4.143)	(49)	(49)	(28)	-	1	(4.268)
Transferências	-	7.831	29.016	-	-	-	(36.847)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.997	199.383	296.402	8.709	3.943	27.038	6.036	(82)	545.426
Adições	-	3.078	17.261	842	216	1.340	19.608	-	42.345
Baixas	-	-	(2.253)	(67)	(68)	(175)	-	-	(2.563)
Transferências	-	1.288	16.577	(0)	-	1.374	(19.239)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.997	203.749	327.987	9.484	4.091	29.577	6.405	(82)	585.208
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	102.959	196.886	7.700	3.046	25.324	-	-	335.915
Depreciação	-	7.701	12.846	157	275	454	-	-	21.433
Baixas	-	-	(3.403)	(48)	(50)	(18)	-	-	(3.518)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	110.660	206.329	7.809	3.271	25.760	-	-	353.830
Depreciação	-	6.407	13.292	205	263	712	-	-	20.879
Baixas	-	-	(1.378)	(68)	(68)	(175)	-	-	(1.689)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	117.067	218.243	7.946	3.466	26.297	-	-	373.020
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	-	
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2019	3.997	87.368	65.249	659	699	1.150	28.822	(83)	187.861
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.997	88.723	90.073	900	672	1.278	6.036	(82)	191.596
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.997	86.682	109.744	1.538	625	3.280	6.405	(82)	212.188

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

									Consolidado
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos e estimativas de perdas	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 1º de janeiro de 2019	25.124	234.763	296.565	19.909	5.294	30.532	32.691	(83)	644.795
Adições	-	5.646	10.352	1.563	4.474	2.180	14.060	-	38.275
Baixas	-	(48)	(4.144)	(145)	(210)	(248)	-	1	(4.794)
Transferências	-	7.831	29.016	-	-	-	(36.846)	-	-
Variação cambial	436	1.207	(264)	165	191	56	89	-	1.881
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.560	249.399	331.525	21.492	9.749	32.520	9.994	(82)	680.157
Adições	-	4.686	19.545	1.244	152	1.549	19.608	-	46.784
Baixas	-	(54)	(2.253)	(73)	(209)	(292)	-	-	(2.881)
Transferências	-	1.288	16.577	(0)	-	1.374	(19.239)	-	-
Variação cambial	7.913	17.217	3.283	2.535	2.263	825	1.989	-	36.023
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.473	272.537	368.677	25.197	11.955	35.975	12.352	(82)	760.083
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	113.946	224.000	15.002	4.172	28.754	-	-	385.874
Depreciação	-	9.649	15.389	1.383	1.398	946	-	-	28.766
Baixas	-	(5)	(3.462)	(71)	(159)	(227)	-	-	(3.924)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	56	68	32	38	13	-	-	207
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	123.646	235.995	16.346	5.449	29.486	-	-	410.922
Depreciação	-	9.699	16.095	1.377	2.348	1.118	-	-	30.637
Baixas	-	0	(1.378)	1	(156)	(188)	-	-	(1.721)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	1.719	1.717	842	870	350	-	-	5.498
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	135.064	252.430	18.566	8.511	30.766	-	-	445.336
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos			
Saldo em 1º de janeiro de 2019	25.124	120.817	72.565	4.907	1.122	1.778	32.691	(83)	258.921
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.560	125.753	95.530	5.146	4.300	3.034	9.994	(82)	269.235
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.473	137.472	116.247	6.631	3.445	5.209	12.352	(82)	314.748

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, o montante de R\$67.736 em 31 de dezembro de 2020 (R\$67.531 em 31 de dezembro de 2019) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, instalações, máquinas e equipamentos.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada um dos segmentos de negócio do grupo e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos imobilizados em 31 de março de 2020. Para 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou um acompanhamento e não houve a necessidade de um novo teste para o exercício findo nesta data.

O montante de R\$20.811 (2019 - R\$21.433) referente à despesa de depreciação, R\$18.487 (2019 - R\$19.184) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$1.075 (2019 - R\$1.006) em "Despesas com vendas", R\$1.177 (2019 - R\$1.132) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$142 (2019 - R\$111) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora.

O montante de R\$30.637 (2019 - R\$28.766) referente à despesa de depreciação, R\$19.134 (2019 - R\$21.108) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$9.237 (2019 - R\$6.415) em "Despesas com vendas", R\$2.124 (2019 - R\$1.132) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$142 (2019 - R\$111) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Consolidado.

O saldo contábil do imobilizado mantido sob contratos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2020 era de R\$9.100. A Companhia efetuou o desconto desses ativos à taxa de Valor Presente (AVP). No ano de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$3.708 como despesa de depreciação no resultado.

12

Intangível

A movimentação do intangível está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado				
Custo bruto	Tecnologia	Outros	Total	Tecnologia	Relacionamento com o cliente	Marca	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	934	4.987	5.921	30.066	21.594	23.335	6.802	81.797
Advindos da aquisição de investimento, ao valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	20	10	30	944	-	-	(864)	80
Variação cambial	-	-	-	625	445	482	419	1.971
Transferências	(427)	427	-	(427)	-	-	427	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	527	5.424	5.951	31.208	22.039	23.817	6.784	83.848
Adições	13	888	901	243	-	-	888	1.131
Variação cambial	-	-	-	6.298	5.199	9.711	297	21.505
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	540	6.312	6.852	37.749	27.238	33.528	7.969	106.484
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	176	4.866	5.042	10.803	7.463	-	5.550	23.816
Amortização	104	205	309	2.669	1.072	-	1.041	4.782
Variação cambial	-	-	-	590	182	-	116	888
Saldo em 31 de dezembro de 2019	280	5.071	5.351	14.062	8.717	-	6.707	29.486
Amortização	-	405	405	4.374	1.431	-	405	6.210
Saldo em 31 de dezembro de 2020	280	5.476	5.756	18.436	10.148	-	7.112	35.696
Vidas úteis	5 anos	5 anos		5 a 20 anos	20 anos	Indefinida	5 anos	
Intangível líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	758	121	879	19.263	14.131	23.335	1.252	57.981
Saldo em 31 de dezembro de 2019	247	353	600	17.146	13.322	23.817	77	54.361
Saldo em 31 de dezembro de 2020	260	836	1.096	19.313	17.090	33.528	857	70.788

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia aprovou a aquisição da totalidade das ações da B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH) através de sua Controlada direta Romi Europa GmbH. Diante disso, na data da compra foi efetuada a mensuração e alocação do preço de compra, com as seguintes naturezas e características:

(a) tecnologia: Refere-se ao “know-how” dos produtos e processos que são tecnologicamente viáveis, os quais garantem vantagens competitivas em relação à qualidade e eficiência do produto;

(b) carteira de clientes: Referem-se aos pedidos de compra de clientes em aberto na data da aquisição.

(c) relacionamento com o cliente: Refere-se aos direitos contratuais decorrentes de: (i) histórico de relacionamento com os clientes; (ii) probabilidade de ocorrência de novos negócios no futuro.

De acordo com a avaliação da Administração com apoio de seus consultores, através da aplicação de procedimentos aplicáveis para mensuração da vida útil das marcas, concluiu-se que o prazo é indefinido e, portanto, a marca é testada anualmente para fins de “*impairment*” de acordo com as regras contábeis aplicáveis.

O montante de R\$405 (2019 - R\$309) referente à despesa de amortização, R\$8 (2019 - R\$9) foi reconhecido no resultado em “Custo dos produtos e serviços vendidos”, R\$254 (2019 - R\$198) em “Despesas gerais e administrativas” e R\$143 (2019 - R\$102) em “Pesquisa e desenvolvimento” - Controladora.

O montante de R\$6.210 (2019 - R\$4.782) referente à despesa de amortização, R\$8 (2019 - R\$9) foi reconhecido no resultado em “Custo dos produtos e serviços vendidos”, R\$5.805 (2019 - R\$4.473) em “Despesas com vendas”, R\$254 (2019 - R\$198) em “Despesas gerais e administrativas” e R\$143 (2019 - R\$102) em “Pesquisa e desenvolvimento” – Consolidado.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada um dos segmentos de negócio da Companhia nas data base de 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em ambos as datas analisadas.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Financiamentos

A composição dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia
	2020	2019	2020	2019				
Financiamentos de exportação - ACC/ACE (a)	15.806	-	-	-	27/08/2021	Aplicação de ordem de exportação até o vencimento	Taxas de 2,70% a 2,15% a.a. + variação cambial	
Financiamentos de exportação - ACC/ACE (a)	10.351	13.571	-	-	27/08/2021	Aplicação de ordem de exportação até o vencimento	Taxas de 2,70% a 2,15% a.a. + variação cambial	Aval Rominor
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação (b)	5.845	5.564	5.569	11.534	16/01/2023	Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	1.151	1.120	647	1.934	15/01/2024	Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória
Financiamento à Importação (FINIMP)	3.695	-	-	-	10/12/2021	Parcela única	Juros de 2,25% a.a. a 3,00% a.a.	
Financiamento à Importação (FINIMP)	18.841	26.871	-	-	10/12/2021	Parcela única	Juros de 2,25% a.a. a 3,00% a.a.	Aval Rominor
Financiamento à Exportação (NCE)	38.362	31.597	-	-	12/03/2021	Parcela única	Juros de 2,19% a.a. + CDI.	Aval Rominor
Linha 4131	20.973	-	-	-	24/03/2021	Parcela única	Juros de 3,97% a.a. + CDI.	Fiança Bancária
BNDS Exportação (d)			56.169		15/10/2024	Parcela única	Juros de 3,14% a.a. + IPCA.	Alienação Fiduciária
Controladora	115.025	78.723	62.384	13.468				
B+W - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (c)	-	-	13.244	9.398	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
B+W - Financiamento (Efeitos COVID-19) - € (e)	-	-	21.040	-	30/09/2023	Trimestral	2,00% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
Outros - capital de giro	397	12.926	-	-	-	-	-	
Consolidado	115.422	91.649	96.668	22.866				

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Em setembro e dezembro de 2018 foi autorizado à Diretoria da Companhia a contratar financiamentos junto a instituições financeiras no valor de R\$14.960 e R\$31.010, respectivamente. Através de linhas de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), com taxas de até 2,5% a.a. acrescidos de efeitos de tradução. Em 22 de outubro de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a conversão do residual dos financiamentos para Adiantamento de Contratos de Exportação (ACE), com taxas de 2,70% a.a. acrescidos de variação de efeitos de tradução, com prazo de 10 meses, com garantia realizada por sua subsidiária Rominor Comércio.

(b) Em dezembro de 2014 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos de 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 23 meses e prazo de pagamento de 96 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants:

- (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 0,40
- (ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / Passivo Total) menor ou igual a 0,25

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas do item acima.

(c) Em 5 de julho de 2012, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanha) no montante atual de R\$13.244 (equivalente a € 2,1 milhões), o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de setembro de 2014, encerrando-se em 30 de junho de 2027 (15 anos). O montante liberado é destinado exclusivamente para construção das instalações destinadas a pesquisa e desenvolvimento e atividades suporte tais como suprimentos e vendas. O financiamento tem carência de 24 meses, e juros fixos de 2,4% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros.

(d) Em 28 de abril de 2020 foi autorizada a contratação pela Companhia junto ao BNDES da Linha de Financiamento Exim Pré-embarque, objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação, nos termos da Decisão n.º CCOp 30/2020 - BNDES, com as seguintes condições: (i) valor equivalente em reais a US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), (ii) prazo de 48 meses, (iii) custo financeiro de 3,4% a.a. acrescido de IPCA, e (iv) garantia através de hipoteca em 6º grau dos imóveis objeto das matrículas nº 34.310 e nº 69.544 do Oficial de Registro de Imóveis de Santa Bárbara d'Oeste, SP, de propriedade da Companhia. Neste contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição de covenant: (iii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / EBITDA) menor ou igual a 3,75

(e) Em 28 de julho de 2020, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank, Kreissparkasse e Baden-Württembergische Bank (Alemanha) no montante atual de R\$21.040 (equivalente a € 3,3 milhões), dividido igualmente entre os bancos mencionados, o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de dezembro de 2022, encerrando-se em 30 de setembro de 2023. O montante liberado é destinado ao financiamento do capital de giro da operação, especialmente devido aos efeitos do COVID-19. O financiamento tem carência de 30 meses, e juros fixos de 2,0% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Durante o período de vigência do contrato, a Burkhardt + Weber não pode distribuir dividendos ou quitar mútuos que estavam em aberto no momento da assinatura do contrato. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora	Consolidado
2022	6.130	14.935
2023	906	18.451
2024	55.348	57.114
2025 e após	-	6.168
Total	62.384	96.668

14 Financiamentos - FINAME fabricante

	Controladora e Consolidado	
	31 de Dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		
FINAME Fabricante	122.704	82.177
Não Circulante		
FINAME Fabricante	201.710	152.786
Total	324.414	234.963

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém, permanece como a principal devedora dessa operação.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos da rubrica “Financiamentos – FINAME fabricante” e, consequentemente os da rubrica “Valores a receber – repasse FINAME fabricante” em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A diferença entre esses saldos no montante de R\$10.302 em 31 de dezembro de 2020 (R\$29.049 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas.

Em 22 de outubro de 2019, foi aprovado a contratação do Produto Finame Direto junto ao BNDES, com a finalidade de propiciar financiamento aos clientes da Romi para aquisição de seus produtos, modalidade similar ao FINAME FABRICANTE, no valor total de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), índice de correção TLP (Fator Spread Finame), tendo como garantia a hipoteca sobre os imóveis de propriedade da Companhia objeto das matrículas nº 34.310 e nº 69.544, registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Bárbara d’Oeste, SP. Neste contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição de covenant: Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / EBITDA) menor ou igual a 3,75. Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia utilizado o montante de R\$ 7,7 milhões.

Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2022	101.114
2023	68.279
2024	31.442
2025 e após	875
Total	201.710

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Fiscais	-	52
Cíveis	581	604
Trabalhistas	931	604
Total	1.512	1.260
Passivo circulante	1.216	806
Passivo não circulante	296	454
	1.512	1.260

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Fiscais		
Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP - (a) (ii)	33.647	38.349
Glosa de créditos PIS e COFINS	7.798	16.430
Glosa de estimativas pagar de IR e CSLL	-	4.972
Crédito de contribuição previdenciária s/ pagamento de lucro aos Administradores	3.432	3.373
Saldo negativo IRPJ e CSLL	2.502	4.056
Glosa de créditos IPI	5.810	5.707
Multa isolada - Compensação não Homologada	516	502
Glosa de créditos - REINTEGRA	124	122
Pagamento IRRF Duplicidade	2.805	-
Cíveis		
Perdas e danos	8.321	7.410
Trabalhistas	56	38
Total	65.011	80.959

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2019	Adições	Utilizações / reversões	Atualização monetária e Variação cambial	31 de dezembro de 2020
Fiscais	52	-	(52)	-	-
Cíveis	604	69	(174)	82	581
Trabalhistas	604	459	(260)	127	931
Total Controladora e Consolidado	1.260	528	(486)	209	1.512

(a) Processos fiscais passivos

Corresponde a obrigações legais relativas a:

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 os saldos de PIS e COFINS sobre ICMS de vendas eram de R\$10.322 e R\$47.543, respectivamente.

Em 24 de outubro de 2006, a Companhia ingressou com a ação ordinária na qual questionava a constitucionalidade da inclusão do ICMS destacado sobre as Notas Fiscais de vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a repetição de tal indébito retroativamente por 5 (cinco) anos.

Tal matéria foi submetida ao rito da repercussão geral em 15 de março de 2017, onde ao julgar o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, eis que, destinado ao Estado, não está contemplado pelo conceito de faturamento. Contudo, em 19 de outubro de 2017 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou Embargos de Declaração em face do Acórdão publicado em 2 de outubro de 2017 pelo STF. Nessa medida, a PGFN requer o saneamento de vícios que entende presentes no Acórdão, sendo os mais relevantes apresentados a seguir: (i) a modulação dos efeitos do julgamento; (ii) obscuridade no tocante ao ICMS a ser excluído (se aquele apurado ou aquele efetivamente recolhido), o que reflete na quantificação do crédito tributário a restituir bem como no procedimento de exclusão futura; e (iii) erro material quanto à análise dos conceitos de receita bruta e receita líquida trazidos pela Lei nº 6.404/76, sendo certo que os referidos embargos de declaração pendem de apreciação pelo STF, motivo pelo qual a Administração decidiu manter a obrigação presente decorrente de eventos passados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 13 de março de 2019 a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável proferida na sua ação ordinária individual, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS destacado sobre as Notas Fiscais de vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Como consequência do trânsito em julgado da sua ação individual, a então obrigação presente oriunda de um evento passado deixou de ser considerada uma obrigação e, portanto, a Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do 1º Trimestre de 2019 os efeitos do êxito nesse processo judicial, que totalizaram R\$138.008, antes dos impostos, sendo R\$74.321 na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais” e R\$63.686 na rubrica de “Receitas financeiras”. O impacto no lucro líquido do período foi de R\$105.564, já considerando os efeitos de imposto de renda e da contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, declarados em março de 2019, no montante de R\$29.542, conforme Aviso aos Acionistas datado de 26 de março de 2019. Em 20 de setembro de 2019, os depósitos judiciais no montante de R\$88.456 foram liberados e integrados às disponibilidades (caixa) da Companhia.

- (ii) Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP: Trata-se de dedutibilidade de Juros sobre Capital Próprio, tendo como base lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados. Conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, os julgamentos em esfera judicial são amplamente favoráveis aos contribuintes.

Em 31 de dezembro de 2020, não havia processos cujas perdas fossem classificadas como prováveis.

(b) Processos fiscais - Plano Verão

A Companhia, em 22 de fevereiro de 2017, obteve êxito no processo judicial em que figurava como autora e como ré a União Federal, cujo objeto é o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calendário de 1989, de acordo com a efetiva inflação apurada nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor (Plano Verão). A partir do trânsito em julgado, a Companhia realizou a mensuração dos valores oriundos do processo, sendo que em 17 de fevereiro de 2020, protocolou perante a Receita Federal pedido de habilitação relativo ao expurgo inflacionário sobre os bens do ativo para fins de determinação do saldo complementar da depreciação e seus respectivos reflexos sobre a apuração do IRPJ e CSLL ao longo dos anos. Em 16 de março de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação desse crédito, autorizando a Companhia a utilizá-lo para compensar tributos federais futuros. A Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os efeitos do êxito no processo fiscal (Plano Verão), que impactaram o resultado da seguinte maneira: (i) EBIT/EBITDA: reduzido em R\$955, em virtude do reconhecimento das despesas com os honorários advocatícios, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”; (ii), resultado financeiro: acrescido em R\$26.105, referente à atualização monetária do valor original dos créditos, líquido de efeitos de PIS/COFINS; (iii) imposto de renda e contribuição social: acrescido em R\$10.794, referente ao valor original dos créditos; e (iv) lucro líquido: acrescido pelo impacto do ganho líquido no montante de R\$35.944, já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em março de 2020, conforme Aviso aos Acionistas datado de 17 de março de 2020.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Processos fiscais ativos – Eletrobrás

Em junho de 2020, a Companhia tomou conhecimento, através de seus advogados, sobre o êxito em processo judicial relevante, ajuizado em face das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, cujo objeto é a obtenção da diferença de correção monetária, no período de 1978 a 1993, em cálculos de empréstimo compulsório sobre energia elétrica.

A Companhia recebeu em 3 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 50.469 e reconheceu nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os efeitos do êxito deste processo fiscal, que impactaram o resultado da seguinte maneira: (i) EBIT/EBITDA: acrescido em R\$1.671, já deduzido dos efeitos da tributação do PIS/COFINS e das despesas com os honorários advocatícios; (ii), resultado financeiro: acrescido em R\$35.761, referente à atualização monetária do valor original dos créditos já deduzido dos efeitos da tributação do PIS/COFINS e (iii) lucro líquido: acrescido em R\$ 37.432 já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em dezembro de 2020, conforme Aviso aos Acionistas datado de 8 de dezembro de 2020.

(d) Processos cíveis

Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros.

(e) Processos trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais.

(f) Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$1.884 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.930 31 de dezembro de 2019) de diversas naturezas, classificados no ativo não circulante, referente a processos remotos ou possíveis.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pela controlada Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos, para qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido.

A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	167.523	165.501	169.145	166.093
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(56.958)	(56.270)	(57.509)	(56.472)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	54.854	23.936	54.854	23.936
IR/CSLL processo fiscal (Plano Verão)	10.794	(1.569)	10.794	(1.569)
Pesquisa e desenvolvimento ("Lei do Bem") - Lei no11.196/05	2.536	1.686	2.536	1.686
Equivalência patrimonial	(2.131)	(2.430)	-	-
IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	-	(3.476)	(2.574)
Participação de Administradores	(1.719)	(497)	(1.719)	(497)
Outras adições (exclusões), líquidas	(423)	(693)	74	(693)
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	6.954	(35.837)	5.554	(36.183)

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido às controladas Rominor e Rominor Empreendimentos serem optantes pelo regime do lucro presumido durante os períodos apresentados, e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior, com exceção da B+W.

Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Correntes	6.979	(19.648)	6.220	(20.652)
Diferidos	(25)	(16.189)	(666)	(15.531)
Total	<u>6.954</u>	<u>(35.837)</u>	<u>5.554</u>	<u>(36.183)</u>

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020				2019			
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):								
Estoque – provisão para realização	29.479	7.351	2.653	10.004	29.604	7.382	2.664	10.046
Reintegração de máquinas	1.779	444	160	604	2.699	673	243	916
Prejuízo fiscal	55.332	8.929	3.011	11.940	55.776	9.289	3.097	12.386
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	779	194	70	264	1.071	267	96	363
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.513	377	136	513	1.260	314	113	427
Comissões condicionadas	444	111	40	151	428	107	39	146
Participação dos administradores	5.055	-	455	455	1.205	-	108	108
Outras diferenças ativas temporárias	3.017	752	272	1.024	1.733	432	156	588
Passivo (ii):								
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:								
Baixa do deságio da controlada Rominor	(4.563)	(1.025)	(378)	(1.403)	(4.563)	(1.025)	(378)	(1.403)
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora	92.835	17.133	6.419	23.552	# 89.213	17.439	6.138	23.577
Prejuízo fiscal	1.313	382		382	4.278	1.245		1.245
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado	94.148	17.515	6.419	23.934	# 93.491	18.684	6.138	24.822
Baixa do deságio na aquisição de controlada (ii)	19.029	16.955	-	16.955	19.029	12.044	-	12.044
Mais valia apurado na aquisição Burkhardt + Weber (B+W) (ii)	90.751	26.417	-	26.417	67.252	19.586	-	19.586
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	109.780	43.372	-	43.372	86.281	31.630	-	31.630

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.
- (ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos diferidos referem-se substancialmente à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor Comércio, da Romi Itália e Burkhardt + Weber (B+W), como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento.

Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Ano de realização	
2021	15.463
2022	1.839
2023	3.663
2024 e após	2.969
Total	23.934

Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	Ativo		Passivo
	Controladora	Consolidado	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.577	24.822	31.630
Movimentações do exercício			
Adições	900	900	-
Realização	(925)	(2.622)	(1.056)
Variação cambial		834	12.798
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.552	23.934	43.372

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$637.756 (R\$492.025 em 31 de dezembro de 2019) é representado por 73.333.922 ações ordinárias (62.857.647 em 2019) nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Em 23 de outubro de 2020, foi aprovado o aumento do Capital Social no valor de R\$145.731, mediante a capitalização da reserva de lucros da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 7º, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia com bonificação de ações.

O aumento de capital foi efetivado com a emissão de 10.476.275 novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 6 (seis) ações existentes.

Reserva de lucros

a) Reserva legal

O saldo da rubrica “Reserva Legal”, tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

b) Reserva de lucros

Em reunião realizada em 9 de fevereiro pelo Conselho de Administração, foram apresentadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de destinação dos resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estes serão submetidos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de março de 2021. A Companhia distribuiu, referente ao lucro do próprio exercício, o montante de R\$161.334 a título de JCP. O excedente não distribuído (R\$4.419) será incorporado ao saldo da Reserva de lucros, totalizando R\$86.894.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio a título de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas	174.477	129.664
(-) Constituição de reserva Legal	(8.724)	(6.483)
Lucro passível de distribuição	165.753	123.181
Juros sobre o Capital Próprio distribuídos	(161.334)	(70.400)
Constituição de reserva de lucros	4.419	52.781

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio ("JCP") no montante total de R\$161.334, conforme comunicados ao mercado nas datas listadas abaixo:

- a) Em 17 de março de 2020, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios de 2020 no montante bruto de R\$31.429, cujo pagamento será realizado até o final do exercício social de 2021.
- b) Em 16 de junho de 2020, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio ("JCP") a serem pagos em 16 de novembro de 2020, no montante bruto de R\$6.286.
- c) Em 24 de setembro de 2020, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio ("JCP") a serem pagos em 11 de dezembro de 2020, no montante bruto de R\$50.286.
- d) Em 8 de dezembro de 2020, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio ("JCP") a serem pagos em 26 de janeiro 2021, no montante bruto de R\$73.333.

O montante total pago pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, líquido da retenção do imposto de renda, foi de R\$88.676.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	174.477	129.664
Quantidade média ponderada das ações em circulação	64.833	62.858
Lucro básico e diluído por ação	2,69	2,06

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento, com efeito, diluidor sobre o lucro por ação.

18 Plano de previdência privada aberta complementar

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, classificado como Contribuição Definida-CD.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis.

O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$1.284 (R\$911 em 31 de dezembro de 2019). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, nas rubricas “Custo dos produtos e serviços vendidos”, “Despesas com vendas”, “Despesas gerais e administrativas” e “Pesquisa e Desenvolvimento”, em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

19 Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R\$178.816; (ii) máquinas e equipamentos - R\$395.760; (iii) estoques e máquinas pendentes de reintegração - R\$281.092; (iv) obras - R\$5.134; (v) bens em poder de terceiros - R\$20.127 e (vi) outros – R\$1.154.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Instrumentos financeiros e riscos operacionais

(a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor de mercado.
- Duplicatas a receber e valores a receber – repasse FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 4 e 5.
- Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 13 e 14.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em “*hedge*” natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação de efeitos de tradução são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Riscos Tributários: esse risco está relacionado a mudança nas legislações tributárias e de entendimentos com relação as ações que a companhia figura como ré, que podem afetar direta ou indiretamente a rentabilidade da Companhia, sendo através de incremento de custo/ despesa ou também pelo aumento da carga tributária sobre o lucro obtido.

Risco de crédito: advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro.

Qualidade dos créditos: devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentados nas Notas 13 e 14.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Financiamentos	115.422	14.935	78.681	3.052
Fornecedores	96.054	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Financiamentos	91.649	6.900	12.833	3.133
Fornecedores	51.451	-	-	-

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME Fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
(-) Total dos financiamentos (Nota 13 e 14)	501.823	327.154	536.504	349.478
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(140.932)	(102.838)	(195.418)	(147.807)
Aplicações financeiras (Nota 3)	(127.166)	(683)	(127.166)	(683)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante (Nota 5)	(334.716)	(264.012)	(334.716)	(264.012)
Dívida (Caixa) líquida	(100.991)	(40.379)	(120.796)	(63.024)
Total do patrimônio líquido	813.003	757.284	813.003	757.284
Total do capital	712.012	716.905	692.207	694.260
Índice de alavancagem financeira - %	-14,2%	-5,6%	-17,5%	-9,1%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

(i) Variações na moeda estrangeira

As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora
Caixa e equivalentes de caixa	4.079
Duplicatas a receber	16.012
Partes relacionadas a receber	81.197
Outros créditos	4.339
Partes relacionadas a pagar	(430)
Financiamentos	(48.117)
Fornecedores	(18.965)
Adiantamentos de clientes	(4.906)
Outras contas a pagar	(946)
Exposição ativa líquida	32.263

A seguir está demonstrada a perda que teriam sido reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	30.402	38.002	45.603

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando a cotação projetada para o ano de 2021, sendo dólar a R\$4,85 e euro a R\$5,61. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

(ii) Variações na taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC e da TJLP.

Em 31 de dezembro de 2020, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculados ao CDI	268.098	322.584
Total de empréstimos e financiamentos vinculados ao CDI	(59.336)	(59.336)
Exposição ativa líquida	<u>208.762</u>	<u>263.248</u>

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI.

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com os seguintes cenários:

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2021, no valor de 2,1%. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

	Controladora		
	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição ativa líquida	213.146	214.242	215.338

	Consolidado		
	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição ativa líquida	268.776	270.158	271.540

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	140.932	102.838	195.418	147.807
Aplicações financeiras	127.166	683	127.166	683
Duplicatas a receber	110.135	84.866	199.289	151.884
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	334.716	264.012	334.716	264.012
Partes relacionadas	81.275	65.169	-	-
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	268	8.764	5.771	12.082
Depósitos judiciais	1.884	1.930	1.884	1.930
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos	177.409	92.191	212.090	114.515
Financiamentos - FINAME fabricante	324.414	234.963	324.414	234.963
Fornecedores	87.756	35.123	96.054	51.451
Outras contas a pagar	3.859	3.774	38.889	29.375
Partes relacionadas	430	1.679	-	-

Os valores justos dos instrumentos financeiros se aproximam de seus valores contábeis.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Informações por segmento de negócio - consolidado

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

					31 de dezembro de 2020
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	462.877	261.221	249.052		973.150
Custo dos produtos e serviços vendidos	(241.338)	(209.955)	(223.028)		(674.321)
Transferências remetidas	1.285	-	25.196	(26.481)	-
Transferências recebidas	(25.196)	-	(1.285)	26.481	-
Lucro bruto	197.628	51.266	49.935	-	298.829
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(66.149)	(19.854)	(5.052)		(91.055)
Gerais e administrativas	(28.502)	(29.273)	(16.230)		(74.005)
Pesquisa e desenvolvimento	(17.085)	-	(5.433)		(22.518)
Honorários da Administração	(5.568)	-	(6.119)		(11.687)
Outras receitas operacionais, líquidas	7.304	-	-		7.304
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	87.628	2.139	17.101		106.868
Estoques	268.845	40.318	49.511		358.674
Depreciação e amortização	13.326	11.914	11.607		36.847
Imobilizado, líquido	110.974	86.669	117.105		314.748
Intangível	1.084	69.692	12		70.788
	Europa	América Latina	América do Norte	Ásia	Total
Receita operacional líquida	241.917	605.058	50.326	75.849	973.150

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019				
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	390.794	223.438	151.274		765.506
Custo dos produtos e serviços vendidos	(209.641)	(183.941)	(163.226)		(556.808)
Transferências remetidas	1.983	-	27.958	(29.941)	-
Transferências recebidas	(27.958)	-	(1.983)	29.941	-
Lucro bruto	155.178	39.497	14.023	-	208.698
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(63.584)	(16.628)	(5.409)		(85.621)
Gerais e administrativas	(34.035)	(25.534)	(10.569)		(70.138)
Pesquisa e desenvolvimento	(16.767)	-	(3.703)		(20.470)
Honorários da Administração	(4.929)	-	(2.376)		(7.305)
Outras receitas (despesas)					
operacionais, líquidas	57.664	855	20.810		79.329
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	93.527	(1.810)	12.776		104.493
Estoques	243.065	58.895	42.918		344.878
Depreciação e amortização	11.505	9.689	12.354		33.548
Imobilizado, líquido	87.039	65.532	116.664		269.235
Intangível	584	53.760	17		54.361
	Europa	América Latina	América do Norte	Ásia	Total
Receita operacional líquida por região geográfica	239.269	445.078	29.992	51.167	765.506

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Compromissos futuros

Em 10 de abril de 2017, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1 de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Em 30 de maio de 2019, a Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica com a Engie Brasil Energia Comercializadora LTDA - Engie, para os períodos que sucedem o contrato em curso com a CDSA. O período de fornecimento da energia elétrica contratado foi estendido por mais três anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 e passou a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

Ano de fornecimento	Valor
2021	16.731
2022	17.136
2023	17.435
Total	51.302

A Administração da Companhia é de opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

23 Receita líquida de Vendas

A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercado interno	684.870	515.081	688.393	518.178
Mercado externo	79.811	81.064	393.312	342.461
Receita bruta de vendas	764.681	596.145	1.081.705	860.639
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(108.437)	(95.021)	(108.555)	(95.133)
Receita líquida de vendas	656.244	501.124	973.150	765.506

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depreciação e amortização	21.284	21.741	36.847	33.551
Despesas com pessoal	142.176	134.147	251.322	235.748
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	320.598	274.247	464.275	376.200
Frete	13.294	27.857	23.418	33.965
Outras despesas	55.638	10.823	97.724	60.878
Total	552.990	468.815	873.586	740.342
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	444.225	364.314	674.321	556.808
Despesas com vendas	43.932	44.758	91.055	85.621
Despesas gerais e administrativas	30.731	32.063	74.005	70.138
Pesquisa e desenvolvimento	22.518	20.470	22.518	20.470
Participação e honorários da Administração	11.584	7.210	11.687	7.305
Total	552.990	468.815	873.586	740.342

25 Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	3.568	3.395	4.409	4.692
Juros de duplicatas a receber	2.516	5.207	2.516	5.207
Resultado financeiro em processo judicial	60.620	62.426	60.620	62.426
Outros	1.992	(3.382)	1.984	(2.383)
Total	68.696	67.646	69.529	69.942
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(6.977)	(2.057)	(9.335)	(4.185)
Outras	(2.434)	(554)	(2.437)	(556)
	(9.411)	(2.611)	(11.772)	(4.741)

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado da venda de ativos	4.492	2.800	4.792	3.269
Resultado no êxito em processo judicial	716	74.321	716	74.321
Outros	1.640	1.088	1.796	1.739
	<u>6.848</u>	<u>78.209</u>	<u>7.304</u>	<u>79.329</u>

27 Eventos subsequentes

- (i) Controladas: Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor")

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de fevereiro de 2021, foi autorizada a distribuição de dividendos remanescentes, referente ao exercício de 2020, no valor de R\$1.789, a ser pago em 19 de fevereiro de 2021, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de março de 2021.

*

*

*